

No MEU QUINTAL NÃO!**ANÁLISE DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS DE RAIZ POPULAR EM PORTUGAL (1974-1994)¹***Elisabete Figueiredo² e Teresa Fidélis³***1. INTRODUÇÃO:**

Nos últimos anos tem crescido o reconhecimento de que os cidadãos dos países em vias de desenvolvimento estão tão (se não mesmo mais) preocupados com as questões ambientais como os cidadãos das nações mais desenvolvidas, particularmente se tivermos em conta as relações entre as preocupações com o ambiente e questões como a saúde, os impactes económicos e a propriedade privada⁴ (e.g. Dunlap, 1996; Figueiredo, 1999 e Kousis, 1999a). Enquanto as atitudes e os movimentos ambientalistas têm sido relativamente bem estudados nos países mais desenvolvidos (e.g. Dunlap et al, 1993; 1994 e 1995), apenas muito recentemente tais estudos começaram a surgir em Portugal, um país que podemos situar ainda no quadro dos países em vias de desenvolvimento (e.g. Rodrigues, 1995; Fidélis, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires, 1996; Gil Nave, 2000).

Durante os primeiros anos de democracia, ocorreram em Portugal vários protestos de raiz popular relacionados com questões ambientais, tendo esse número decrescido nos anos 80 para conhecer um novo aumento a partir do início da década de 90. A efectiva consolidação da democracia, o alcançar da estabilidade económica, política e social, assim como as alterações verificadas na sociedade portuguesa em termos de valores e atitudes tiveram consequências importantes em termos de participação pública neste domínio, tal como em outros.

A integração de Portugal na União Europeia em 1986 forçou de certa forma o Estado central a acelerar o processo de produção de legislação no domínio do ambiente, no sentido de fazer face aos novos requisitos ambientais e padrões de qualidade. O crescimento dos problemas ambientais em conjunto com a maior disponibilidade e acesso à informação e com a pressão social sobre o desempenho governamental, parecem igualmente ser factores importantes do crescimento da acção ambientalista formal e informal a partir dos finais da década de 80.

Como iremos ver, os estudos acerca dos movimentos ambientalistas de raiz popular enfatizam a grande variedade de grupos sociais e grupos socio-profissionais envolvidos nos protestos populares (e.g. Freudenberg e Steinsapir, 1992; Taylor, 1995, Kousis, 1999a). Os activistas deste tipo de movimentos acreditam fortemente no direito dos cidadãos à participação nos processos de tomada de decisão, no domínio do ambiente (e.g. Fidélis, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires, 1996). Os estudos mencionados demonstram que a maioria dos movimentos *grassroots* se encontra muito preocupada com aspectos como a defesa da saúde pública. Alguma preocupação é também evidenciada no que se refere aos impactes dos projectos ou decisões em causa no valor das

¹ Alguns pontos desta comunicação foram já explorados por nós em Figueiredo, E.; Fidélis, T e Rosa Pires (no prelo).

² Socióloga. Assistente no Departamento de Ambiente e Ordenamento – Universidade de Aveiro. 3810 – Aveiro. Tel. 234370200. Fax: 234429290 E.mail: Elisa@dao.ua.pt.

³ Planeadora. Assistente no Departamento de Ambiente e Ordenamento – Universidade de Aveiro. 3810 – Aveiro. Tel. 234370200. Fax: 234429290 E.mail: fidelis@dao.ua.pt

⁴ Alguns autores caracterizam estes aspectos como estando muito relacionados com a defesa de valores de tipo materialista.

propriedades, decréscimo de rendimento e outros aspectos mais económicos, assim como aos impactes nos ecossistemas locais.

A maior parte dos protestos ambientais de base popular tende também a ser de tipo não-violento (Taylor, 1995; Freudenberg e Steinsapir, 1992; Fidélis, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires, 1996; Kousis, 1999a). Em geral, como estes estudos demonstram, os activistas destes movimentos têm utilizado preferencialmente formas alternativas de participação pública, tais como bloqueio de estradas, piquetes nos locais de instalação dos projectos e manifestações públicas. Caracterizamos estas formas de protesto como alternativas, dado que se situam fora dos canais tradicionais e institucionais de participação. Uma outra conclusão da maior parte dos estudos que se dedicam aos movimentos ambientalistas de raiz popular a sua aproximação a vários organismos e agentes, tais como o Estado nos seus vários níveis, as organizações formais de defesa do ambiente, no sentido de captarem a sua atenção e conseguirem o seu apoio para a resolução dos problemas causadores dos protestos.

O principal propósito desta comunicação é, assim, fornecer uma visão global sobre a acção ambientalista de raiz popular em Portugal entre 1974 e 1994⁵, tendo em conta as suas características, a sua articulação com as características mais vastas da sociedade portuguesa relativamente às questões ambientais, assim como a sua relação com o contexto social, político e económico do país. Uma característica importante demonstrada pela análise da maior parte dos movimentos de raiz popular decorre do seu carácter marcadamente *Nimby* (*Not in My Backyard* ou *No meu quintal não*), particularmente evidenciado pelo âmbito restrito tanto geográfica como temporalmente das acções de protesto, pela defesa de interesses apenas locais e/ou privados e ainda pela não continuidade das acções ou pelo seu alargamento a causas ambientais mais gerais.

2. OS ESTUDOS SOBRE OS MOVIMENTOS AMBIENTAIS DE RAIZ POPULAR:

Tal como refere Kousis (1999b) durante as duas últimas décadas, os estudos acerca do movimento ambientalista conduziram a um debate importante sobre a forma como este movimento poderá ser definido. Segundo a autora, podemos distinguir três tipos de estudos nesta matéria:

- um primeiro grupo de estudos enfatiza a institucionalização das organizações mais activas, assim como o seu envolvimento nos círculos de decisão política e o seu apoio a iniciativas de modernização ecológica. Neste contexto, alguns autores preconizam o 'fim do ecologismo' (e.g. Van der Heijden et al, 1992; Jamison, 1996, cit in Kousis, 1999a);
- um segundo grupo de trabalhos argumenta que o ambientalismo emerge sob a forma de movimentos de resistência popular, colocando desafios e possuindo implicações directas na democracia e na arena política convencional (Taylor, 1995; Fidélis, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires, 1996b);
- finalmente, um terceiro grupo de análises conclui pela possível articulação entre os mobilizadores destes movimentos e as organizações ambientalistas formais, no sentido de proteger o ambiente (e.g. Gould et al, 1993 cit in Kousis, 1999b).

Neste sentido parece-nos importante distinguir entre os movimentos ambientalistas organizados e os movimentos populares⁶, no contexto da

⁵ A informação que sustenta esta comunicação foi recolhida no âmbito do Projecto europeu *Grassroots Environmental Action and Sustainable Development in Southern EC*, financiado pela DGXII, contrt. N° EV%V-CT94-0393 e envolvendo a Universidade de Creta, a Universidade de Salamanca e a Universidade de Aveiro.

⁶ Estudos recentes sobre os movimentos ambientalistas apresentam uma distinção entre grupos formais e grupos informais, de base popular e local (e.g. Kousis, 1999a). Enquanto os primeiros tendem a ser

emergência do ambiente como questão social e política em Portugal. O movimento ambientalista organizado ou formal em Portugal conheceu um aumento, tanto em termos de número de organizações, como em termos de participantes e ainda em termos da sua visibilidade pública e participação nas decisões políticas, principalmente a partir de meados dos anos 80. Para esta situação foi determinante a publicação em 1987 da Lei de Bases das Associações de Defesa do Ambiente. Relativamente ao movimento ambientalista de base popular ou informal, é nítido o seu aumento em termos do número de protestos observados, a partir do início da década de 90. Consideramos que o trabalho das associações formais de defesa do ambiente, em conjunto com os *mass media* e a maior visibilidade social e política dos problemas ambientais tiveram um papel determinante neste domínio. Ainda assim, as semelhanças entre ambos os tipos de movimento ambientalista são escassas, tal como a sua colaboração. Em termos muito genéricos parece-nos ser possível caracterizar o movimento ambientalista de base popular como muito centrado nos interesses privados ou da comunidade local. Muito poucos movimentos informais passaram do estado *Nimby* (*Not in My Backyard*) para o estado *Niaby* (*Not in Anyone's Backyard*), passagem que é identificada por Freudenberg e Steinsapir (1992) como uma das principais características dos movimentos ambientalistas de raiz popular, denotando a sua contribuição para a criação de uma consciência ambiental mais vasta. O carácter muito localizado e as características observadas nos protestos analisados, leva-nos a concluir que em Portugal a acção ambientalista de raiz popular é igualmente limitada, tanto geograficamente como temporalmente e não tem subjacentes preocupações *altruístas* ou mais abrangentes com o ambiente. Por outro lado, estes movimentos, como veremos adiante, recorrem pouco às associações ambientalistas formais como interlocutores, solucionadores ou mediadores, o que confirma a natureza limitada dos protestos populares. As associações formais tendem a desenvolver uma acção mais vasta, temporal e geograficamente, revelando ao mesmo tempo preocupações ambientais que extravasam em muito os interesses privados. Dadas as poucas semelhanças entre ambos os tipos de movimento ambientalista, consideramos, em acordo com Kousis (1999b) que “o movimento ambiental não deve ser identificado apenas com as organizações ambientalistas formais”.

Se as atitudes e os movimentos ambientalistas estão relativamente bem estudados no que se refere aos países mais desenvolvidos (Dunlap et al., 1993, 1994 e 1995; Dunlap, 1996), o mesmo não acontece no que se refere aos países em vias de desenvolvimento, entre os quais poderemos incluir os países da Europa do Sul, como a Grécia, e Espanha e Portugal (e.g. Kousis, 1999a and 1999b). Segundo esta autora (1999b) “desde os anos 60, os países mediterrânicos passaram de sociedades tradicionais a sociedades orientadas para o consumo e modernas. Durante as últimas décadas, vários estudos documentam a existência e gravidade de diversas formas de poluição e dos seus impactes na saúde, nos países da Europa do Sul”. Embora possamos dizer que a Europa do Sul apresenta características ambientais familiares aos países da Europa do Norte, as suas experiências parecem ser bastante diferentes, essencialmente devido às circunstâncias históricas, políticas, sociais, económicas e culturais destes países. Uma das principais características que une os três países da Europa do Sul mencionados é a recente consolidação da democracia após experimentarem regimes ditatoriais por períodos mais ou menos longos. Nos três países estes regimes terminaram na década de 70 a que se seguiu um período político de dominância socialista. No caso concreto de Portugal só a partir de meados da década de 80 podemos falar numa efectiva consolidação da

organizações quase profissionais com uma estrutura burocrática, os grupos de base popular concentram usualmente as suas acções em assuntos e problemas locais e mobilizam-se através de redes informais e de forma, geralmente espontânea. A designação anglo-saxónica para este tipo de movimentos – *grassroots* – ilustra bem a sua natureza.

democracia, de estabilidade social, económica e política, bem como na alteração dos valores sociais geralmente reconhecidos como subjacentes a uma maior participação da sociedade civil na vida pública e ao efectivo exercício da cidadania.

De uma forma geral, os estudos que se referem aos movimentos ambientalistas de base popular salientam em primeiro lugar o carácter *Nimby* (*Not in My Backyard*) e em grande medida *Lulu* (*Local Unacceptable Land Use*), enfatizados por uma participação geográfica diferenciada nos protestos públicos. Tal como demonstrámos num trabalho anterior (e.g. Fidelis, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires, 1996), enquanto a população dos locais próximos da implantação de um determinado projecto estava fortemente envolvida nos protestos, os habitantes de outros locais tiveram uma participação muito reduzida. A intensidade dos protestos, a intensidade do envolvimento e o número de participantes tende, assim, a diminuir com a distância ao local de implantação dos projectos em causa. Tal como referem Freudenberg e Steinsapir numa análise do movimento ambiental popular nos Estados Unidos da América, os membros destes grupos são frequentemente atacados pelas suas posições *Nimby*, que se caracterizam por um certo negativismo que ignora as suas obrigações para com a sociedade global. Esta crítica, no entanto, como referem os mesmos autores, conhece algum fracasso quando se reconhecem alguns benefícios para a saúde pública decorrentes desta atitude *Nimby*, que outros autores consideram como decorrente da ignorância e irracionalidade da opinião pública ou ainda de atitudes que poderemos caracterizar como egoístas (e.g. Freudenberg e Pastor, 1992). Estes dois aspectos das atitudes *Nimby*, são explicados e até certo ponto rebatidos por Freudenberg e Pastor (1992) nos seguintes termos:

- a *irracionalidade* e *ignorância* atribuídas geralmente ao público decorre em grande medida do receio face a situações desconhecidas e que escapam ao seu quotidiano e ao seu controle;
- subjacente à *irracionalidade* do público parece estar também o desejo de ter 0% de risco e 100% de segurança. Como argumentam os autores citados, esta insistência no risco zero pode encarada como irracional, uma vez que não é consistente com o facto de se estar vivo;
- no centro das perspectivas que encaram os movimentos de tipo *Nimby* como *egoístas*, o argumento principal é o de que os indivíduos protegem os seus próprios interesses, aparentemente não se importando com o facto de outras comunidades serem escolhidas para a localização dos projectos que rejeitam. Alguns argumentos contra esta perspectiva são propostos por Freudenberg e Steinsapir (1992) que defendem que alguns grupos locais apoiam iniciativas socialmente construtivas que expressam uma filosofia *Niaby* (*Not in Anyone's Backyard*).

Os estudos acerca destes movimentos enfatizam igualmente a grande variedade de grupos sociais e de categorias socio-profissionais envolvidas nos protestos (e.g. Kousis, 1999a). As mulheres surgem também como uma das categorias sociais mais representadas, tanto em termos de participação como em termos de liderança. Embora, como referem Freudenberg e Steinsapir (1992), muito dificilmente possamos caracterizar estes movimentos como homogéneos, as suas organizações, activistas e *leaders* geralmente partilham certas características que vale a pena mencionar. Em primeiro lugar, os movimentos ambientalistas de base popular acreditam fortemente no direito à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Esta característica é revelada em alguns estudos empíricos (e.g. Fidelis, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires, 1996) onde é notório o interesse na participação e a necessidade de informação sobre os projectos em causa. Esta ênfase na informação e participação reflecte até certo ponto a desconfiança que a maior parte dos actores sociais envolvidos nos protestos apresenta para com as entidades oficiais. Em segundo lugar, é possível

observar na maior parte destes movimentos de protesto popular que as preocupações com a salvaguarda da saúde pública, muito mais do que preocupações ambientais estéticas, são os principais motivos dos protestos populares. Embora em alguns casos possamos dizer que estas preocupações com a saúde escondem outras preocupações de carácter económico (como por exemplo preocupações com os impactes do projecto em causa no valor das propriedades), na generalidade os impactes negativos do projecto sobre a saúde são, efectivamente os primeiros motivos que originam a rejeição e os protestos. Outra característica que pode ser associada à maior parte dos movimentos *grassroots*, relaciona-se com a ambivalência entre cientistas, técnicos e o público. Enquanto que se observam, em geral, níveis elevados de cepticismo face aos cientistas associados aos organismos governamentais, existe por outro lado uma confiança quase ilimitada nos *experts* que apoiam os movimentos de protesto (e.g. Fidélis, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires, 1996).

Outro conjunto de características específicas dos movimentos ambientalistas de raiz popular é o seu carácter espontâneo, bem como a espontaneidade da maior parte das suas acções. Em Portugal, a análise destes movimentos salienta ainda um outro aspecto interessante relacionado com as formas de participação pública na sociedade portuguesa contemporânea. Depois de um longo período de *anestesia cívica* (e.g. Reis, 1994) que pode ser identificado como a herança sociocultural de 48 anos de ditadura, a sociedade portuguesa parece ter chegado a uma fase de consolidação da democracia, com o aumento associado das exigências sociais e participação popular (e.g. Braga da Cruz, 1994). As formas alternativas de participação (geralmente fora dos canais institucionais disponíveis) que a maior parte dos casos analisados apresenta revela que alguma atenção deve ser dada ao estudo destas formas alternativas de participação pública.

3. O CONTEXTO PORTUGUÊS EM MATÉRIA DE AMBIENTE: A POLÍTICA, O PÚBLICO E AS ORGANIZAÇÕES FORMAIS

3.1. A POLÍTICA

Portugal é uma democracia relativamente jovem e como tal a influência do anterior regime ditatorial é ainda visível em alguns aspectos da sociedade e mesmo dos processos políticos. Alguns aspectos dos processos políticos de tomada de decisão foram já caracterizados (e.g. Aguiar, 1990) como burocráticos e excessivamente dependentes da autoridade do Estado. Simultaneamente, a existência de importantes disfunções políticas, administrativas e socio-económicas tem despoletado a participação do público em geral e de grupos de pressão mais organizados, assim como tem contribuído para a introdução de novos valores, prioridades e práticas no processo administrativo e político de tomada de decisão (e.g. Santos, 1985). Recentemente, essencialmente na última década, o país tem beneficiado de uma estabilidade política significativa e de uma quantidade apreciável de fundos estruturais da UE. Ambos os factores permitiram não apenas reformas administrativas, mas igualmente o solucionamento de problemas infraestruturais, possibilitando uma significativa melhoria em termos de níveis de desenvolvimento, por comparação com outros países da UE. No entanto, um relativamente pouco elevado nível de eficácia e eficiência administrativa e política pode ser ainda observado, dada a ausência generalizada de tradição na publicitação e divulgação da justificação das decisões governamentais (e.g. Morais et al, 1984), o que constitui outra importante característica do funcionamento administrativo português. Tal característica está profundamente interligada à cultura política e ao comportamento social herdados do anterior regime, onde as exigências do público em termos de informação e os protestos contra as decisões políticas dificilmente tinham lugar. Uma subsistente

centralização da tomada de decisão e os conflitos entre o governo central e as autoridades locais ainda são as características dominantes da situação actual, no que se refere aos processo de tomada de decisões políticas.

Em termos gerais, podemos considerar que em Portugal não existe tradição no uso de mecanismos de resolução de conflitos sociais. Alguns autores argumentam que tal situação decorre da sua falta de qualidade e eficácia (e.g. Correia, 1986) enquanto outros relacionam-na às características socioculturais do país que, entre outros, se reflectem em baixíssimos níveis de associativismo e activismo político e social (e.g. Reis, 1994). Estes mecanismos incluem, entre outros, os estudos de impacte ambiental e os procedimentos de participação pública que permitem a clarificação das diferentes expectativas e posições dos vários actores sociais, assim como os procedimentos associados de legislação administrativa e civil que por sua vez permitem a clarificação das responsabilidades quando se analisa um conflito ambiental. Os primeiros mecanismos mencionados, sobre os quais também existiam maiores expectativas, demonstraram ter, de uma forma geral, baixos níveis de participação e envolvimento do público (se excluirmos os casos das infraestruturas relacionadas com a recolha e tratamento de lixos).

Durante a última década, especialmente depois da entrada de Portugal na UE em 1986, o país enfrentou pressões importantes e geradoras de vários conflitos, em termos de desenvolvimento económico e de protecção ambiental. Se por um lado, o esforço se concentra no alcançar dos níveis socio-económicos dos outros países membros da UE, por outro ele concentra-se também na necessidade de conciliar as pressões internas e externas relativamente a padrões de qualidade ambiental. Primeiramente, existe em Portugal a necessidade de resolver os problemas ambientais mais graves, associados à poluição das águas e aos resíduos sólidos, domésticos e industriais e em segundo lugar, observa-se a necessidade de transpor para a cena legislativa nacional as directivas comunitárias, de implementar novos procedimentos e de implantar padrões estritos de qualidade ambiental. Apesar dos esforços significativos que têm sido feitos pelos governos nacionais neste domínio, as prioridades da 'política ambiental' focaram até agora essencialmente os investimentos para solucionar os problemas mais sérios – a construção de infraestruturas de tratamento de resíduos- e apenas secundariamente o reforço dos mecanismos apropriados para conduzir as actividades produtivas à adopção de padrões de qualidade ambiental.

A política ambiental, desde os finais dos anos 80, adquiriu uma importância sem precedentes no nosso país. O debate político acerca das questões ambientais conheceu um crescimento importante, a partir de meados da década de 80 (e.g. Figueiredo e Martins, 1996b). A partir desta data foram definidas as principais orientações, estratégias e instrumentos políticos. Por outro lado, a maior parte das regulamentações para implementar tais mecanismos está actualmente quase terminada. São essencialmente os instrumentos técnicos e financeiros atribuídos à política ambiental que ainda se encontram muito aquém das expectativas e das necessidades. No final de 1995, o primeiro Plano Nacional de Política do Ambiente foi elaborado. Os seus principais objectivos variam desde a implementação de mecanismos de educação ambiental até à promoção da participação pública. Embora estes princípios tenham sido apresentados no Plano enquadrados por objectivos de desenvolvimento sustentável, observamos que subsiste uma utilização retórica deste conceito.

Durante os últimos dez anos foi publicada em Portugal uma grande quantidade de legislação ambiental. No entanto, a maioria das leis não se encontra ainda regulamentada e implementada. Se por um lado podemos considerar que em Portugal estão criadas as condições formais necessárias à existência de uma efectiva política ambiental e de mecanismos de desenvolvimento sustentável, por outro lado observamos que não existe uma prática coerente e consistente na aplicação dos instrumentos legais. Existem importantes contradições entre os aspectos formais da política ambiental nacional

e a sua aplicação prática (e.g. Mansinho e Schmidt, 1994; Soromenho Marques, 1994; Figueiredo e Martins, 1996b). A descontinuidade e as contradições observadas podem ser parcialmente explicadas pelo que Santos (1990) chama a condição *semi-periférica* de Portugal no contexto Europeu. Esta importante diferença entre o quadro legal (“*law in books*”) e as práticas institucionais e sociais associadas (“*law in action*”) é uma característica fundamental da acção do Estado Português, no domínio do ambiente, como em outros. Esta espécie de demissão e auto-negação do Estado relativamente aos instrumentos legais que cria, assume diversas formas, que podem variar desde a tolerância face ao desrespeito da lei, até à violação e à aplicação selectiva da mesma (e.g. Santos, 1990).

3.2. A OPINIÃO PÚBLICA

Tal como muitos outros aspectos, as questões ambientais emergiram em Portugal bastante mais tarde do que em outros países europeus. Tendo em conta os objectivos desta comunicação é importante enfatizar algumas das atitudes gerais dos portugueses em matéria de ambiente, que se relacionam fortemente com a recente consolidação da democracia e da estabilidade política em Portugal, tal como referimos anteriormente. Estas atitudes apresentam semelhanças importantes com alguns aspectos dos movimentos populares de protesto na área do ambiente e podem explicar também, em certa medida, esses aspectos.

O ambiente ocupa actualmente o quinto lugar nas preocupações dos portugueses com alguns dos problemas nacionais. O ambiente é colocado pelos portugueses como um problema do país, depois da droga, do desemprego, da saúde, da pobreza e exclusão social. É colocado à frente de questões sociais relevantes como o custo de vida, a segurança/violência, a habitação e o ensino/educação (Observa, 1998)⁷. Para a maior parte dos cidadãos nacionais, o ambiente surge como um problema imediato e urgente, sendo a sua protecção uma prioridade em conjunto com a promoção do desenvolvimento económico (e.g. CCE, 1986, 1988, 1992, 1995 e 1999).

Uma análise mais atenta (CCE, 1988, 1992 e 1995) mostra-nos que os portugueses tendem a identificar os problemas ambientais num contexto de defesa de valores de tipo materialista, tais como o combate à inflação, o crescimento económico, a manutenção da ordem social e a estabilidade económica. A prioridade dada aos valores materialistas e a que é dada ao ambiente pode ser explicada através do contexto social, político e económico particular do nosso país. Tal como referido por Lower e Goyder (1983) o crescimento dos valores de tipo pós-materialista deriva da existência de situações de paz, liberdade de expressão e prosperidade económica, que o nosso país apenas recentemente adquiriu. Desta forma, não é surpreendente que a opinião pública portuguesa pareça ainda valorizar aspectos como a segurança física e económica mais do que a protecção do ambiente por motivos relacionados com valores mais *altruístas*, se assim podemos dizer-lo.

A relativamente forte presença de valores ambientalistas na sociedade portuguesa poderá ser, assim, uma consequência da necessidade de tornar o crescimento económico compatível com os níveis europeus, resultante da adesão à UE, que também obriga a que sejam tomadas medidas de natureza ambiental, tais como as que existem no espaço comunitário. Esta conjuntura cria as

⁷ A opinião pública portuguesa, tal como a internacional, tem sido influenciada nesta matéria, por factores diversos, tais como a publicidade, os *mass media*, o discurso político, as associações de defesa do ambiente, entre outros (e.g. Figueiredo e Martins, 1996a). A ‘revolução mediática’ que ocorreu em Portugal no início dos anos 90, principalmente devido ao surgimento das televisões privadas, de novos jornais e de novas rádios e à concorrência estabelecida dentro e entre estes meios de comunicação, contribuiu de forma decisiva para o aumentar da sensibilidade ambiental dos portugueses.

condições para o aparecimento de uma série de exigências de natureza ambiental, difundidas pelos *mas media*, grupos ambientalistas formais e outras entidades privadas e/ou públicas que, por sua vez, criam uma maior possibilidade de participação e expressão dos cidadãos relativamente a questões ambientais (e.g. Figueiredo e Martins, 1996a).

Em conjunto com a forte presença de valores ambientais, é visível através das sondagens de opinião mencionadas (CCE, 1986, 1988, 1992, 1995 e 1999) que as atitudes *verdes* dos portugueses ainda reflectem alguma fragilidade. Tal fragilidade é particularmente visível através do tipo de problemas ambientais que os Portugueses consideram mais graves e sérios, assim como através da descontinuidade observada entre atitudes e práticas ambientalistas (e.g. Figueiredo e Martins, 1999). Podemos referir que, em geral, as atitudes são fortes, mas os comportamentos ambientais a elas associados são ainda extremamente frágeis e pontuais e não consistentes com uma consciência ambiental.

Embora 58% dos portugueses (Observa, 1998) se considerem simpatizantes do movimento ambientalista, apenas 14% se declaram membros de uma associação de defesa do ambiente (e destes apenas 5% são activistas). Assim, embora as associações de defesa do ambiente tenham a simpatia dos cidadãos portugueses (ou seja detenham junto da opinião do público aquilo a que os investigadores do observa chamam “*um grande capital de simpatia*”), tal capital não é investido em acções concretas e num efectivo activismo e associativismo ambientalista.

Outro aspecto importante, revelado pelos resultados dos inquéritos mencionados, é o de que a sensibilidade ambiental dos portugueses aumenta com a complexificação urbana, o que significa que os habitantes das cidades tendem a possuir uma maior percepção dos problemas ambientais, também porque estes são mais salientes nessas áreas. O nível de preocupação social com o ambiente também aumenta com os estratos sociais mais elevados e com os escalões etários mais baixos. (e.g. Mansinho e Schmidt, 1994; CCE, 1986, 1988, 1992, 1995 e 1999; Figueiredo e Martins, 1999). Habitantes rurais e urbanos revelam também sensibilidades diferentes relativamente aos problemas ambientais. De acordo com as sondagens da CCE, os habitantes rurais apontam como problemas ambientais mais graves nas suas áreas de residência as carências em termos de saneamento básico e recolha e tratamento de lixos, enquanto que os habitantes urbanos referem essencialmente problemas relacionados com a poluição atmosférica e a falta de espaços verdes. Obviamente que o tipo de problemas percebidos relaciona-se de perto com os níveis de desenvolvimento social e económico experienciado nas diferentes áreas.

3.3. AS ORGANIZAÇÕES FORMAIS DE DEFESA DO AMBIENTE

A evolução das organizações ambientalistas formais está igualmente muito associada às características gerais do país, nomeadamente aquelas que se referem à participação pública e ao exercício da cidadania. Como sabemos, o longo período de ditadura vivido em Portugal conduziu aquilo a que Reis (1994) chama *anestesia cívica* que parece caracterizar a sociedade portuguesa até aos nossos dias. Tal como refere Eloy (1994), a organização cívica e social portuguesa foi e é ainda, em larga medida “*marcada pelo peso tutelar do Estado e pela falta de intervenção civil na resolução dos problemas quotidianos*”. Este aspecto pode ser também observado na evolução do movimento ambientalista formal. Algumas das características deste movimento podem ajudar-nos a explicar a sua relativamente fraca intervenção nos movimentos ambientais de base popular, ou informais.

Em Portugal, o activismo das organizações ambientalistas formais apenas ganhou importância junto da opinião pública a partir de finais dos anos 80. Antes desta data, apesar do seu aumento em termos de número, a sua acção era muito

limitada e com pouca expressão, tanto em termos de capacidade de influência junto do público como junto dos organismos políticos e administrativos. Até 1974, o movimento ambientalista organizado era praticamente inexistente no nosso país. A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) foi o primeiro grupo de defesa do ambiente existente em Portugal (criada em 1948), impulsionada por cientistas ligados a movimentos de conservação da natureza internacionais e que associava a estes a protecção da vida rural (e.g. Mansinho e Schmidt, 1994). A relativa ausência de grupos ambientalistas antes de 1974 é frequentemente explicada pela existência de um regime autoritário (e.g. Melo e Pimenta, 1993) que efectivamente eliminava qualquer tentativa de organização pública, assim como se baseava numa limitada circulação de informação, em múltiplos mecanismos de censura e em baixos níveis de riqueza e educação. Por outro lado, tal como referem Melo e Pimenta (1993) anteriormente a 1974 os problemas ambientais nacionais tinham uma expressão limitada e encontravam-se muito localizados devido principalmente aos baixos níveis de industrialização e urbanização.

Depois de 1974 e até meados dos anos 80, o número de grupos formais de defesa do ambiente conheceu um aumento importante (e.g. Melo e Pimenta, 1993). Estes grupos não limitavam a sua acção às causas ambientais mas também actuavam em defesa de outros aspectos sociais e políticos (e.g. Rodrigues, 1995). O Movimento Ecologista Português (MEP) é desta situação um importante exemplo, batendo-se contra os modelos de desenvolvimento orientados para o capitalismo e o consumismo.

Segundo um trabalho de Rodrigues (1995) a evolução dos movimentos ambientalistas em Portugal pode ser dividida em quatro fases:

- a primeira (1974-1976) pode ser caracterizada pelo súbito surgimento e desaparecimento de numerosas organizações, com sérios problemas de capacidade organizativa, resultantes essencialmente da ausência de tradição associativa em Portugal, assim como de uma ausência de aceitação da mensagem ecologista por parte do público em geral, cujas principais preocupações ainda se centravam muito em questões relacionadas com o bem-estar e a segurança física e económica;
- a segunda fase, localizada entre 1976 e 1983 pode ser associada a protestos organizados contra a *ameaça* da energia nuclear. O discurso ambientalista era marcado pelo radicalismo político que dominava também na sociedade portuguesa. Em 1982 surge em Portugal a primeira organização política de carácter ambientalista – o Partido ‘Os Verdes’;
- a terceira fase mostra a evolução do movimento ambientalista organizado em Portugal e situa-se entre 1984 e 1988. Neste período, o crescimento da estabilidade económica e social proporcionou igualmente, como vimos, um aumento da sensibilidade social para as questões ambientais. A entrada de Portugal na UE, facilitou novas estratégias por parte das associações de defesa do ambiente. O acontecimento mais importante nesta fase foi, sem dúvida, a publicação em 1987 da Lei de Bases do Ambiente e da Lei de Bases das Associações de Defesa do Ambiente, que, segundo Melo e Pimenta (1993) instituiu definitivamente as questões ambientais como assuntos institucional e socialmente relevantes. 1987 foi também o *Ano Internacional do Ambiente*, permitindo a criação de vários grupos de defesa do ambiente de carácter local e regional, assim como a consolidação de preocupações com a educação ambiental;
- Depois de 1989, assistimos ao nascimento de uma nova era neste domínio, cuja principal característica foi a criação da Confederação Nacional das Associações de Defesa do Ambiente. Até 1993 existiam em Portugal cerca de 111 associações de defesa do ambiente⁸, com intervenção a nível local

⁸ Associações registradas no Impamb – Instituto de Promoção Ambiental (Ministério do Ambiente)

como nacional. Muitas destas associações têm relações com organizações similares a nível internacional (como os Friends of the Earth ou o Greenpeace).

O quadro 1 mostra-nos o número de grupos de defesa do ambiente formais, por região, assim como o número de protestos populares na área do ambiente⁹. A região de Lisboa e a região Norte possuem o maior número quer de associações formais, quer de protestos identificados (68.5% e 67.4% respectivamente).

Quadro 1

Distribuição Regional de Associações de Defesa do Ambiente e dos Protestos Populares

Regiões	Nº de ADA's*	%	Nº de Protestos Populares**	%
Norte	27	25	221	40.4
Centro	18	16.7	136	24.8
Lisboa e V. Tejo	47	43.5	148	27
Alentejo	10	9.3	21	3.8
Algarve	6	5.5	22	4
Total	108	100	548	100

Fonte: *Ipamb (1996); ** Kousis, Aguilar e Fidélis (1996)

Uma análise mais detalhada, permite-nos observar que os grupos ambientalistas se concentram nas áreas litorais, essencialmente na área de Lisboa e do Porto¹⁰. Esta concentração de associações e protestos populares está intimamente associada à elevada concentração de áreas urbanas e industriais, conduzindo a um aumento de problemas sociais, económicos e ambientais e, assim, a uma mais activa intervenção pública.

No que se refere à composição dos grupos formais de defesa do ambiente, a maior parte possui entre 100 e 300 membros, segundo dados de Rodrigues (1995). As principais funções e acções destes grupos relacionam-se com a denuncia de problemas ambientais, a publicação de informação e também com campanhas de educação ambiental. Outras acções e funções são a preparação de estudos sobre as questões ambientais, a elaboração de projectos e recolha de dados sobre o ambiente, a protecção dos recursos naturais locais e das tradições culturais e ainda a promoção de debates e conferências sobre esta matéria. As suas principais redes de divulgação são os *mass media*, embora também utilizem o contacto directo e o envolvimento das populações locais, através de sessões de informação, auditorias e processos de mediação.

4. MOVIMENTOS AMBIENTAIS DE RAIZ POPULAR EM PORTUGAL (1974–1994)

Neste ponto pretendemos analisar o tipo de participantes, formas de protesto e exigências dos movimentos ambientais de raiz popular¹¹.

⁹ Estes grupos são caracterizados na secção seguinte.

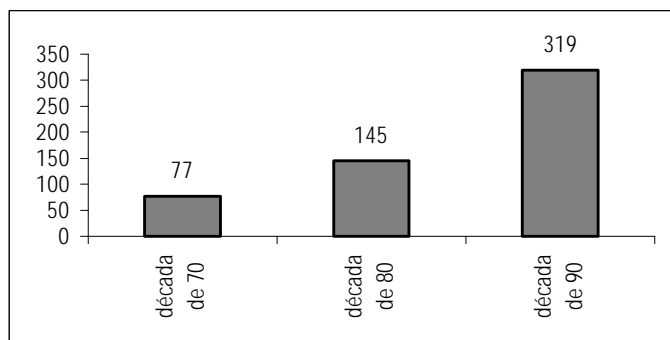
¹⁰ A este respeito ver também Rodrigues (1995)

¹¹ Uma nota metodológica deve ser feita antes de iniciarmos a análise. No quadro do projecto referido anteriormente e seguindo uma metodologia comum a todos os países envolvidos, analisou-se o conteúdo das notícias veiculadas através de dois jornais de âmbito nacional (Jornal de Notícias desde 1974 e o Público a partir da data da sua publicação), classificando-se o mesmo em diversas categorias propostas no *Code-Book* desenvolvido pela equipa associada ao Projecto. Complementarmente analisaram-se jornais locais das várias regiões do país e em casos particulares procedeu-se à realização de entrevistas semi-dirigidas a alguns dos representantes e líderes dos movimentos de protesto. Apesar de estarmos conscientes das

Foram observados 550 casos de protestos populares de natureza ambiental. Relativamente ao número de artigos dedicados a cada caso, observamos que a sua maior parte se restringiu a um único artigo (57.8%), 15.5% dos casos surgiram em dois artigos e 7.5% em três artigos. O maior caso de protesto identificado nos dados portugueses teve 53 artigos e relacionou-se com a implantação de um aterro de tratamento de resíduos industriais. A duração dos casos é na sua maior parte de apenas um ou dois dias. Apenas 13.5% dos casos teve uma duração entre um a dois anos. 1.6% dos casos teve uma duração de quase 20 anos. Esta característica reforça o carácter temporal limitado da generalidade destes movimentos. Observando a distribuição temporal dos casos (figura 1), verificamos (não surpreendentemente) que mais de metade dos casos ocorreram na década de 90 (53.5%), mais precisamente entre 1991 e 1994, i.e., os últimos 4 anos do período de 20 anos em análise. Também notamos a existência de alguns casos entre 1974 e 1980 (14.2%), enquanto que entre 1989 e 1995 apenas encontramos 5.1% de casos de protesto nesta área.

Figura 1

Evolução do número de casos registrados por década



Fonte: Kousis, Aguilar e Fidélis (1996)

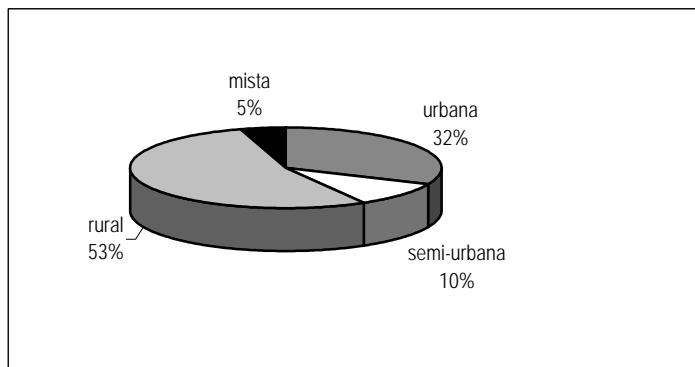
A relativamente significativa percentagem de casos observados nos primeiros anos de democracia pode ser explicada pelo facto deste ser o primeiro momento em que, após quatro décadas de um regime político autoritário e de subordinação social, os portugueses tiveram oportunidade de participar na vida política do país. No entanto, esta espécie de *explosão* participativa ou euforia cívica e social foi, segundo Braga da Cruz (1994), mais uma descompressão social e política do que uma verdadeira alteração em termos de valores e comportamentos sociais para um efectivo exercício da cidadania.

A larga maioria dos casos observados envolveu apenas uma comunidade (77.3%), enquanto 22.7% dos protestos populares envolveram duas ou mais comunidades. A articulação destes dados com o tipo de projecto e/ou actividade motivadora dos protestos ajuda-nos a compreender melhor os aspectos de distribuição geográfica dos processos de mobilização. De facto, a maioria dos projectos e/ou actividades em causa nos protestos têm apenas influência ao nível local. 53% dos casos observados (figura 2) têm uma natureza marcadamente rural, enquanto que apenas 31.5% dos casos ocorreram em áreas urbanas.

limitações de um tal procedimento, consideramos que os resultados obtidos ilustram bem o fenómeno em análise.

Figura 2

Distribuição dos casos por tipo de área



Fonte: Kousis, Aguilar e Fidélis (1996)

Estes resultados articulam-se com as conclusões de Freudenberg e Steinsapir (1992), Schnaiberg (1992) e Kousis (1999b) relativamente às características de localismo dos movimentos ambientalistas de base popular. No entanto, o carácter marcadamente rural dos movimentos de protesto portugueses distinguem o nosso país dos outros países da Europa do Sul considerados no estudo (e.g. Kousis, 199b). Obviamente que este carácter rural dos protestos em Portugal pode ser atribuído ao número significativo de projectos e/ou actividades que se localizam fora das áreas urbanas e, conseqüentemente a uma maior exposição por parte das áreas rurais aos efeitos que esses mesmos projectos e/ou actividades trazem consigo potencial ou efectivamente. O maior número de protestos populares observados nas áreas rurais portuguesas poderá ainda relacionar-se com os menores níveis de escolaridade e de participação cívica ou com factores culturais como o medo da mudança, a suspeição relativamente a novas tecnologias, com uma maior ligação à terra, em termos de valor sentimental e ainda com a importância que a terra detém em termos de actividades económicas. Estes aspectos parecem ser, aliás mais determinantes para os protestos do que a sensibilidade ambiental das áreas de implantação dos projectos/actividades e mesmo do que a valorização social dos recursos naturais locais. Esta é uma interessante característica dos movimentos ambientalistas de base popular que exige uma maior investigação e evidência empírica, no sentido da sua clarificação.

Para a maior parte dos casos (83.3%) não existe informação específica acerca do número de participantes envolvidos nos protestos. Para os poucos casos em que tal informação está disponível, 8% mobilizaram entre 100 e 1000 participantes e 3.8% entre 1001 e 2000 indivíduos. Apenas 3 casos envolveram mais de 5000 participantes. Estes dados estão igualmente de acordo com a informação precedente, que demonstrava a pequena representação de casos envolvendo mais de uma comunidade local.

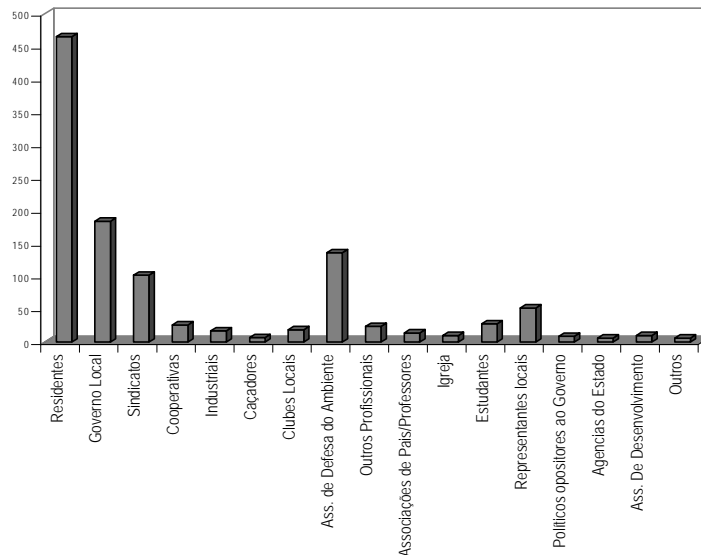
Como se pode observar na figura 3, os residentes (84%) e os governos locais (33.5%)¹² são os grupos que mais frequentemente participam nos protestos. Os grupos ambientalistas locais (24.7%) e os sindicatos (18.5%) têm igualmente um envolvimento significativo.

Estes resultados reforçam o já mencionado carácter localista da maior parte dos protestos considerados. A heterogeneidade relativa revelada pelo tipo de protestos é algo surpreendente, devido às características tradicionais das comunidades rurais portuguesas. O baixo nível de envolvimento observado por parte das mulheres ou de grupos femininos sugere a limitada expressão que os mesmos têm na sociedade portuguesa, considerada no seu conjunto. No entanto,

¹² Aqui incluem-se principalmente os presidentes de Junta de Freguesia.

em casos particulares, analisados com maior profundidade a partir de entrevistas e outros dados de natureza mais qualitativa (e.g. Fidélis, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires, 1996) o envolvimento e a participação das mulheres é importante nos processos de mobilização e protesto¹³.

Figura 3
Participantes Locais nos Protestos



Fonte: Kousis, Aguilar e Fidélis (1996)

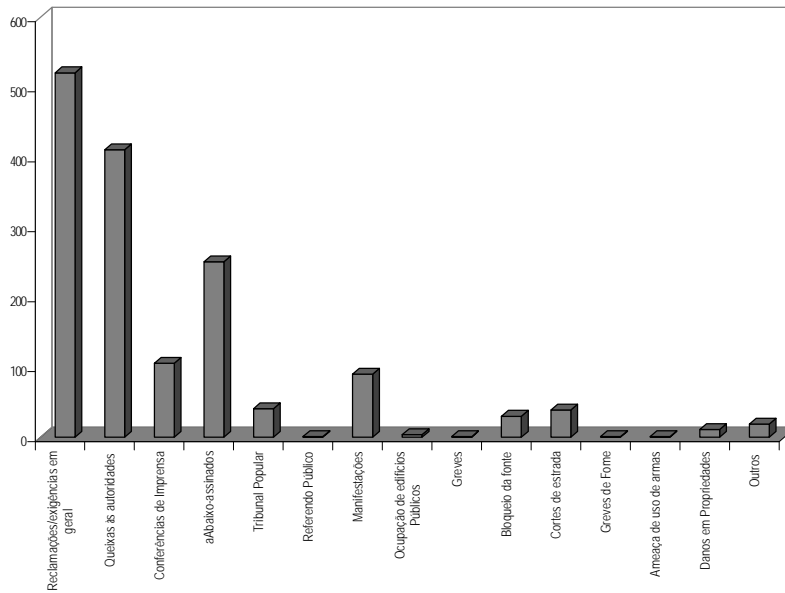
As acções de protesto mais frequentes referem-se, tal como é demonstrado na figura 4, a exigências e queixas públicas (94.7%). Outras acções muito utilizadas pelos movimentos ambientalistas de base popular nos seus protestos são também a apresentação de queixas e reclamações às autoridades públicas (74.7%) e os abaixo-assinados (45.6%).

Estes números reflectem que a maior parte dos casos registados em Portugal podem ser caracterizados como pacíficos e não-radicais. Ao contrário, observaram-se casos em que as acções desenvolvidas reflectem níveis mais elevados e extremados de protesto. Entre eles salientamos as manifestações e assembleias populares (16.4%); os cortes de estradas (7.5%); bloqueio do acesso dos especialistas e investigadores aos locais de implantação do projecto/actividade (5.5%). Apesar disto, e como se referiu antes, apenas 10% do total de casos observados envolveu algum episódio de violência durante os protestos.

No que refere à distribuição regional dos protestos, a região Norte é que regista maior número de casos (40% do total), seguida da região de Lisboa e Vale do Tejo (27%). Os níveis mais elevados de industrialização, urbanização e, igualmente, de problemas ambientais, nestas áreas poderá explicar estes dados. As regiões com um menor número de casos, são o Alentejo (3.8%) e o Algarve (4%). As tendências de desenvolvimento observadas na região do Alentejo podem ajudar a explicar estes dados. Por outro lado, o número de casos registados no Algarve é relativamente surpreendente, já que os impactes das actividades turísticas aí desenvolvidas sobre o ambiente assumem proporções significativas.

¹³ Isto mesmo é demonstrado pela análise do caso de proposta de implantação de um aterro de resíduos tóxicos industriais (integrado no Sistema Nacional de Tratamento de Resíduos Tóxicos Industriais proposto pelo Governo em 1991) no município de Vagos. A participação das mulheres foi elevada nesse caso concreto.

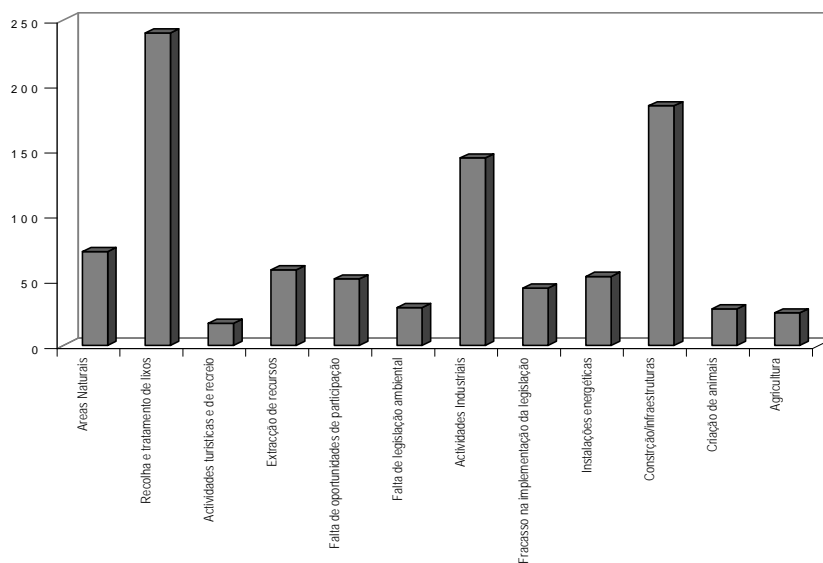
Figura 4
Acções tomadas durante os protestos



Fonte: Kousis, Aguilar e Fidélis (1996)

Os grupos não locais que participaram com mais frequência nos protestos são as associações de defesa do ambiente (9.6% dos casos) seguidos dos residentes de áreas adjacentes ao local de implantação do projecto/actividade (5.3%). Estes valores podem ser considerados muito baixos, reflectindo aparentemente um baixo nível de consciência ambiental e de solidariedade, assim como a natureza *Nimby* deste tipo de protestos e participação pública. Assim, a fraca adesão aos movimentos de protesto por parte de actores não locais, demonstra relativamente bem que estas formas de participação pública são muito condicionadas pela defesa de interesses particulares dos indivíduos ou das comunidades e como tal apenas têm a capacidade de mobilizar os actores sociais, económicos e políticos locais.

Figura 5 – Principal fonte dos protestos



Fonte: Kousis, Aguilar e Fidélis (1996)

Observando agora as causas dos protestos populares na área do ambiente (figura 5), podemos verificar que as fontes mais controversas se relacionam com questões de recolha e tratamento de lixos (34% do total), seguido por questões associadas à construção e infra-estruturas (18.4%), às actividades industriais (9.8%) e finalmente à conservação da natureza e instalações energéticas (9%). As primeiras três percentagens mencionadas reflectem o perfil económico do país, de certa forma, i.e., encontram-se associadas a aspectos visivelmente relacionados com o crescimento económico do país nos últimos vinte anos.

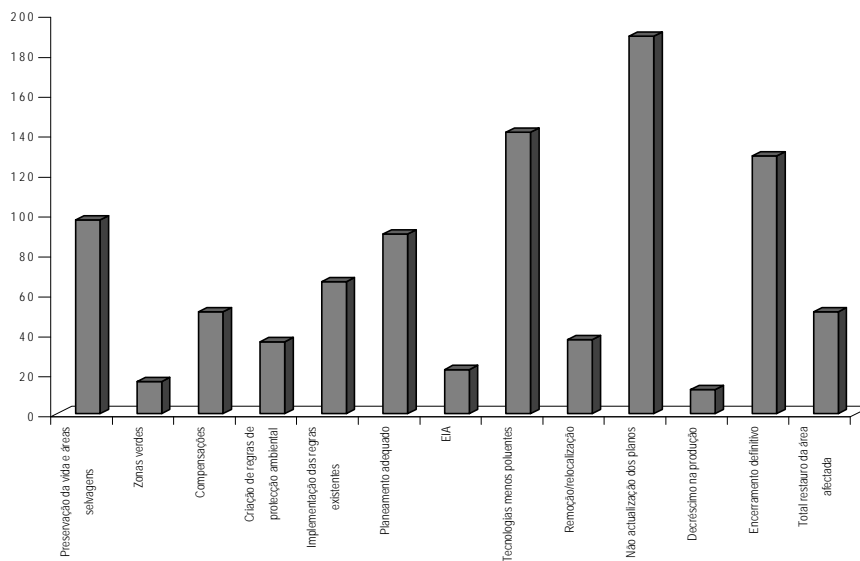
Um novo exame à distribuição regional dos protestos revela que na região Norte do país foram registados mais de metade dos casos relacionados com a instalação de aterros sanitários de lixo doméstico e industrial. Este resultado é fortalecido pela situação da recolha e tratamento de lixos que se vive actualmente (e desde há já alguns anos) em Portugal. Na região Centro, os casos relacionados com problemas colocados pelo tratamento de resíduos são também relevantes (29% do total). Os casos relacionados com a construção de estradas, túneis, pontes e outras infra-estruturas encontram-se distribuídos de forma quase uniforme por todas as regiões do país.

Em 34% dos casos de protesto identificados os mobilizadores dos movimentos consideram a fonte dos mesmos como a única responsável pelos danos ecológicos e exigem, regra geral, a adopção de medidas de mitigação. Em 31.3% dos protestos considera-se que a fonte dos mesmos deveria ser encerrada ou não construída. Estas exigências revelam, em certa medida alguma desconfiança nas autoridades, no que se refere à aplicação da legislação ambiental, intervenção do Estado e sistemas de controle de danos ambientais associados.

Por outro lado, os dados reflectem igualmente os baixos níveis de educação ambiental existentes em Portugal, assim como a ausência de informação relativamente aos mecanismos de minimização e resolução dos problemas ambientais.

Como podemos ver na figura 6, a não actualização dos planos é a resolução proposta com mais frequência pelos mobilizadores dos protestos (em 34.4% dos casos).

Figura 6 – Resoluções Propostas pelos Mobilizadores



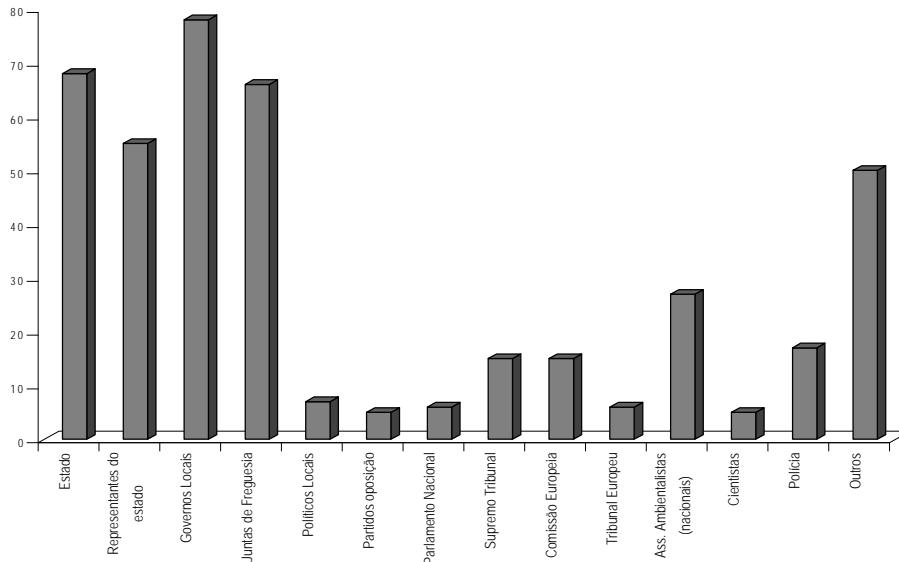
Fonte: Kousis, Aguilar e Fidélis (1996)

Esta proposta poderá ser encarada como a mais directa e fácil de alcançar, encontrando-se muito relacionada com os aspectos discutidos acima. Em 25%

dos casos, é proposto o uso de tecnologias menos poluentes e em 24% dos casos os mobilizadores consideram como única solução possível o encerramento ou a paragem total dos projectos/actividades geradoras dos protestos. As propostas estão mais relacionadas com os casos de implantação do que com os casos de exposição.

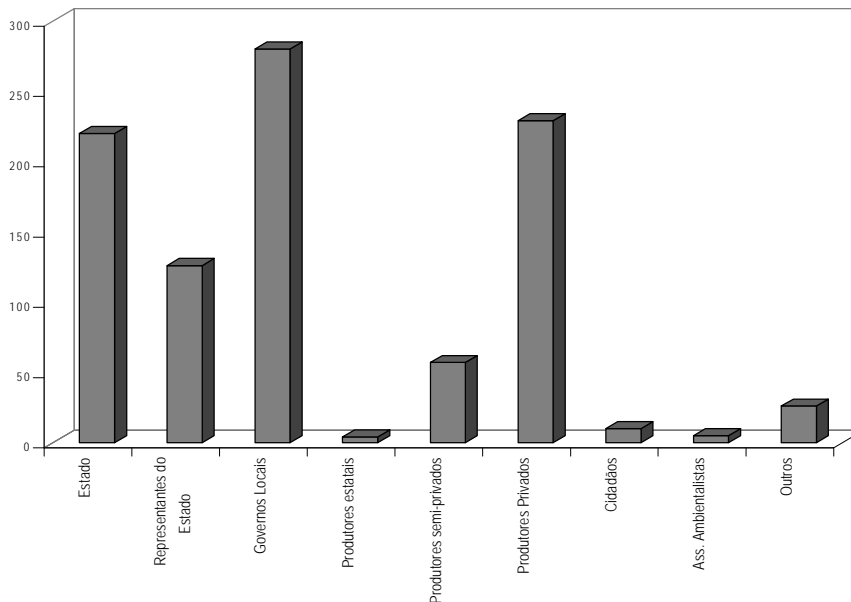
A figura 7 apresenta os organismos a que os mobilizadores recorreram em termos de auxílio durante os protestos

Figura 7 – Organismos abordados pelos Mobilizadores para auxiliar os protestos



Fonte: Kousis, Aguilar e Fidélis (1996)

Figura 8 - Organismos desafiados durante os protestos



Fonte: Kousis, Aguilar e Fidélis (1996)

O Governo Local é o agente a que mais frequentemente se recorre (14%), seguido pelo Estado ao nível central e ainda pelas Juntas de Freguesia. Kousis (1999b) sugere que se observa um aumento do número de protestos antes ou durante os períodos eleitorais. Um tal aumento é justificado pela percepção de

uma maior receptividade e apoio que, em geral, os partidos políticos, por um lado, e os governos por outro lado, demonstram nesses momentos relativamente às necessidades e exigências sociais.

A informação acerca das respostas dadas pelos organismos a que se recorreu durante os protestos como fonte de apoio não está ainda inteiramente estudada. Ainda assim, com base na informação disponível, podemos avançar que aparentemente a maior parte das respostas têm uma natureza positiva. As respostas negativas, tal como as posições neutras são muito pouco frequentes.

Os principais grupos colocados em causa pelos protestos ambientais são o Estado (a todos os níveis), os produtores privados e os municípios (figura 8).

Estes resultados reflectem a importância e o lugar dos principais actores envolvidos nos processos de desenvolvimento actuais. Por um lado, o Estado e os seus agentes são responsáveis pela implantação de infra-estruturas, tais como estradas, abastecimento de água, tratamento de resíduos, entre outros aspectos. Por outro lado, as propostas de desenvolvimento em domínios como as actividades industriais decorrem principalmente dos produtores privados.

Mais uma vez, a informação é limitada no que se refere às respostas deste grupo de organismos e agentes, desafiados durante os movimentos de protesto¹⁴. Com base na informação disponível, podemos identificar como positivas a maior parte das respostas dadas por estes organismos e entidades. Ao contrário do que seria de esperar, os produtores privados dão mais frequentemente respostas positivas que negativas¹⁵. No entanto, este tipo de entidade adopta, também com alguma frequência, uma atitude neutral relativamente aos movimentos de protesto

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os dados apresentados revelam uma tendência para o aumento e casos de protestos populares na área do ambiente. O aumento destes protestos e movimentos sociais de base popular, relaciona-se, como vimos, com as transformações ocorridas no contexto social, económico e político do país a partir de 1974. Portugal conheceu nas últimas duas décadas um desenvolvimento económico e social sem precedentes, materializado na construção de diversas infra-estruturas e equipamentos e ainda no agravamento dos problemas ambientais. A transformação do contexto político de um regime ditatorial para um regime democrático e a conturbação e instabilidade política, económica e social verificada na década seguinte à revolução de Abril de 1974, se por um lado agravaram os problemas ambientais, por outro fizeram aumentar a intervenção da sociedade civil em vários domínios, incluindo o do ambiente.

A breve análise da opinião pública portuguesa mostra a existência de uma relativamente forte presença de valores ambientalistas entre os portugueses. Esta característica, no entanto, é contraditória com a fragilidade que a opinião pública nacional demonstra em termos de articulação entre atitudes e comportamentos. Os dados apresentados revelam uma descontinuidade entre as representações sociais do ambiente e as práticas ambientais dos cidadãos portugueses. Os casos analisados, por seu lado, demonstram claramente uma sensibilidade ambiental marcada essencialmente pelos interesses privados ou locais.

Como vimos anteriormente, a relação entre ambiente e sociedade em Portugal é ainda muito marcada pelos interesses individuais e privados, assim como por causas muito localizadas geográfica e temporalmente. Estas características inscrevem-se numa atitude *Nimby* que tem subjacentes essencialmente valores de tipo materialista. A juventude da democracia

¹⁴ Apenas foi possível apurar o tipo de resposta dada pelos grupos que os protestos colocaram em causa para 40% dos casos.

¹⁵ Este aspecto é também diverso dos resultados obtidos na Espanha e na Grécia e necessita, obviamente, de uma maior evidência empírica.

portuguesa explica em grande medida a fraca consolidação dos valores pos-materialistas na nossa sociedade, assim como a fraca expressão do associativismo e do exercício de uma efectiva cidadania em todos os domínios da vida pública. Para esta *demissão* da sociedade civil contribuem decisivamente os aspectos que parecem caracterizar a actuação do Estado português. Essas características relacionam-se com a ausência de articulação e coerência entre os aspectos formais do Estado, nomeadamente a produção de legislação, e a sua materialização. Isto significa que se, por um lado, podemos dizer que em Portugal estão criadas as condições formais em termos de legislação ambiental, por outro, a aplicação das leis é ainda pouco eficiente e insuficiente.

Os movimentos ambientalistas de tipo *grassroots* analisados, inscrevem-se então neste contexto, reproduzindo eles próprios as características sociais dominantes. Assim, a generalidade dos casos é muito localizada, quer geográfica, quer temporalmente, não extravasando os limites da comunidade de implantação do projecto/actividade em causa em termos de participantes envolvidos. Estas características, tal como o tipo de argumentos utilizados nos protestos, muito centrados nos riscos para a saúde e ainda nos aspectos de alteração ou perda de valor económico das propriedades, inscrevem-se na já mencionada atitude *Nimby* da opinião pública portuguesa face às questões do ambiente.

A maior parte dos protestos analisados em Portugal revela características muito próximas de casos semelhantes analisados noutros países, como por exemplo o ênfase na necessidade de maior informação sobre os projectos ou actividades em causa, a exigência de um maior envolvimento e participação das populações locais nos processos de tomada de decisões, as atitudes ambivalentes para com os cientistas e ainda a desconfiança para com as autoridades públicas (e.g. Freudenberg e Steinsapir, 1992; Kousis, 1999a e 1999b). Os movimentos portugueses revelam ainda semelhanças com os casos analisados noutros países em termos dos organismos desafiados e auxiliares. Observamos que o Estado aos seus diversos níveis (particularmente ao nível local e sub-local) é o organismo a quem com mais frequência se recorre durante os protestos. É também o Estado, em conjunto com os produtores privados, o agente mais desafiado durante os protestos, uma vez que na generalidade dos casos são estes os promotores dos projectos/actividades em questão. As respostas do Estado, num caso como noutro, saldaram-se por uma certa neutralidade. Mesmo quando a sua resposta tem um carácter positivo, a sua intervenção no desenrolar dos protestos não ultrapassa a promessa de soluções que, na maior parte dos casos não se materializa em resultados concretos.

Os movimentos ambientalistas de base popular em Portugal diferenciam-se ainda dos analisados em outros países, pela sua natureza marcadamente rural (e.g. Kousis, 1999b). Isto pode ser atribuído ao grande número de projectos localizados fora de áreas urbanas assim como a aspectos culturais e económicos destas áreas, como um maior sentido de identidade e comunidade ou a importância que a terra detém em termos sociais e em termos de actividades económicas.

As principais fontes dos protestos em Portugal relacionam-se com a recolha e tratamento de lixos, com a construção de infra-estruturas e ainda com as actividades industriais, aspectos que por sua vez se articulam estreitamente com o percurso do país em termos de desenvolvimento económico e ainda com a natureza marcadamente rural dos movimentos ambientalistas de base popular neste país. A reforçar a estreita articulação entre as causas dos protestos e o nível de desenvolvimento económico está a diferenciação geográfica observada no ponto 5 deste capítulo.

As formas de protesto mais utilizadas são o apelo público para o encerramento, a paragem das obras ou a extinção do problema, as queixas às autoridades públicas, os abaixo-assinados, as conferências de imprensa e as manifestações públicas. Embora a intensidade dos protestos aumente com a sua duração e com a ausência de resultados, a violência não é uma característica

destes movimentos no nosso país. O carácter não violento dos protestos é uma característica comum à maior parte dos casos analisados em outros países, como referem por exemplo Freudentberg e Steinsapir (1992) e Kousis (1999b).

Alguns dos resultados discutidos necessitam de um maior aprofundamento e relação, quer entre si, quer com outras questões relevantes da sociedade portuguesa. Um aspecto interessante sobre o qual seria necessário produzir conhecimentos relaciona-se com a análise dos movimentos ambientalistas de base popular em relação a movimentos de raiz popular em outros domínios, de forma a avaliar o peso das questões ambientais na constituição deste género de movimentos. Por outro lado, devido essencialmente à indisponibilidade de dados, profundamente relacionada com o tipo de abordagem utilizada – a análise de Jornais – não é possível avaliar inteiramente o tipo de respostas do Estado a estes movimentos. Seria necessário uma investigação mais cuidada acerca da relação observada entre causa dos protestos, soluções propostas e soluções alcançadas e o papel do Estado nestes processos.

A constituição destes grupos, em termos de tipo de participantes também carece de um maior aprofundamento, já que, em muitos casos o peso de determinadas categorias sociais (e.g. as mulheres) não é visível através das notícias veiculadas pelos Jornais, mas torna-se importante quando os casos são analisados a partir de uma abordagem mais micro aos casos de protesto (que compreenda entrevistas em profundidade aos leaders; questionários aos actores sociais locais envolvidos, etc). Tal como é referido por Kousis (1999b) a utilização deste tipo de abordagem, mais centrada em casos de protesto específicos, permitiria um conhecimento mais aprofundado dos principais aspectos dos movimentos ambientalistas informais ou de base popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dunlap, R.E. (1996) "A Sociological Perspective on Environmental Problems" in Borrego, C. et al. (eds) (1996) *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro: DAO/CCRC, pp. 99-120

Dunlap, R.E. et al. (1994) "International Attitudes Towards Environment e Development" in Bergesen, H.O. et al. (eds) (1994) *Green Globe Yearbook of International Co-Operation on Environment and Development 8*, Oxford: Oxford University Press, pp. 115-126

Dunlap, R.E. et al. (1995) "Global Environmental Concern: A challenge to the post-materialism thesis", comunicação apresentada na Conferência *O Ambiente como Preocupação Global*, Lisboa: FLAD

EEC (1986) *Europeans and the Environment in 1986*, Bruxelas

EEC (1988) *Europeans and the Environment in 1988*, Bruxelas

EEC (1992) *Europeans and the Environment in 1992*, Eurobarometre 37.0 Bruxelas

EEC (1995) *Europeans and the Environment in 1995*, Eurobarometre 37.0 Bruxelas

EEC (1999) *What do Europeans Think about the Environment?*, Bruxelas

Eloy, A. (1994) "O Ambiente e o Ordenamento do Território" in Reis, A. (Coord.) *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 331-345

Fidélis, T.; Figueiredo, E. e Bastos, S. (1996) "The Vagos Conflict" in Kousis, M. ; Aguilar, S. e Fidélis, T. (1996) *Final Report: Grassroots Environmental Action and Sustainable Development in Southern European Union*, European Commission, DGXII, contract nº EV5V-CT94-0393

Fidélis-Nogueira, T.; Figueiredo, E.; Bastos, S. e Rosa Pires, A. (1996) "Grassroots Environmental Action in Portugal – a Case Study on a Landfill Siting", comunicação apresentada a *Euro-conference Environment and Innovation*, Vienna

Figueiredo, E. (1999) "O Norte e o Sul das Questões Ambientais - Breve Reflexão Acerca do Valor Social do Ambiente" in Solidários/OIKOS (orgs.) *Projecto Interdependência Norte Sul – Cultura e Desenvolvimento; Ambiente e Desenvolvimento*, Oliveira do Bairro: Solidários/OIKOS

Figueiredo, E.; Fidélis, T. e Rosa Pires, A. (2000) "Grassroots Environmental Action in Portugal (1974-1994)" in Eder, K. e Kousis, M (eds.) *The Europeanization of Environmental Politics: Sustainable Development in Southern Europe*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers (em publicação)

Figueiredo, E. e Martins, F. (1996a) "Pensar Verde – Contributos para o Estudo da Formação de uma Consciência Ambiental em Portugal", in ICS/UL (orgs.) *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Lisboa: ICS, pp. 417-436

Figueiredo, E., e Martins, F. (1996b) "O Ambiente no Discurso Político em Portugal (1976-1995) - Algumas reflexões" in *Vertice*, nº 76, pp. 55-66

Figueiredo, E. e Martins, F. (1999) "O Cidadão na Construção de um Ambiente Melhor", comunicação apresentada ao *Seminário sobre Higiene Ambiental*, Coimbra: HUC

Freudenberg, N. e Steinsapir, C. (1992) "Not in Our Backyards – The Grassroots Environmental Movement" in Dunlap, R.E. e Mertig, A. (Eds.) *American Environmentalism*, Washington: Taylor&Francis

Gil Nave, J. (2000) *The Politics of Environmental Groups in Portugal*, Phd Thesis, Firenze: European University Institute, Department of Social and Political Studies

Kousis, M.; Aguilar, S. e Fidélis, T (1996) *Final Report: Grassroots Environmental Action and Sustainable Development in Southern European Union*, European Commission, DGXII, contract nº EV5V-CT94-0393

Kousis, M. (1998) *Protest-Case Analysis: A Methodological Approach for the Study of Grassroots Environmental Mobilizations*, Michigan: CRSO – University of Michigan, the Working Paper Series

Kousis, M. (1999a) "Sustaining Local Environmental Mobilizations: Groups, Actions and Claims in Southern Europe" in *Environmental Politics, Special Issue on Environmental Movements*, nº 8 (1), pp- 172 – 198

Kousis, M. (1999b) "Environmental Protest Cases: The City, The Countryside and the Grassroots in Southern Europe" in *Mobilization*, Vol.4, nº 2

Melo, J., Pimenta, C. (1993) *Ecologia e Ambiente*, Lisboa, Difusao Cultural.

Mansinho, I., Schimdt, L. (1994) "A Emergência do Ambiente nas Ciências Sociais" in *Análise Social*, Vol 39, Lisboa.

MARN (1995) *Plano Nacional de Política de Ambiente*, Ministerio do Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa.

Observa (1998) *Folha Informativa nº 4 e 5*, Lisboa: ICS

Reis, A. (1994) " O Processo de Democratização" in Reis A. (Coord.) *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 19-39

Rodrigues, E. (1995) "Os novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal" in *Cadernos Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, CES

Santos, B.S. (1990) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Afrontamento

Schnaiberg, A. (1992) "The Hazards of Production: How do Communities React?" Review Essay in *Science*, 255, pp. 1586-1587

Taylor, B.R. (1995) *Ecological Resistance Movements: The Global Emergence of Radical and Popular Environmentalism*, Albany, NY: Suny Press